



PORTARIA N. 1047/2025

O **PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE**, Desembargador Laudivon Nogueira, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo regramento contido no art. 16, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 221/2010 c/c o art. 361, inciso I, do Regimento Interno,

CONSIDERANDO o teor da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2020, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências;

CONSIDERANDO o teor da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do §3º do art. 37 e no §2º do art. 216, todos da Constituição Federal; altera a Lei Federal nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei Federal nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei Federal nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991 e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Resolução nº 215, de 16 de dezembro de 2015 do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe, no âmbito do Poder Judiciário, sobre o acesso à informação e a aplicação da Lei Federal 12.527, de 18 de novembro de 2011;

CONSIDERANDO a publicação da Portaria nº 406, de 29 de novembro de 2024, que instituiu o regulamento do Ranking da Transparência do Poder Judiciário para o ano 2025;

CONSIDERANDO a necessidade contínua do aprimoramento da gestão pública, mediante a criação de mecanismos que garantam a efetividade das ações de transparências;

CONSIDERANDO as deliberações constantes no processo SEI nº 0011675-19.2024.8.01.0000,

RESOLVE:

Alterar o Anexo I da Portaria nº 437/2022.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

ANEXO I
RANKING DA TRANSPARÊNCIA

Item	Eixo - 2025	Item - 2025	Fundamento Normativo CNJ	Unidade Responsável - 2025	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
1	Gestão	1 – Planejamento Estratégico institucional publicado evidenciando objetivos estratégicos, metas, indicadores de desempenho?	Art. 6º, I, da Resolução CNJ nº 215/2015.	DIGES	Biênio	Resolução TPADM nº 259/2021	
2	Gestão	2 – Os resultados do Planejamento Estratégico institucional alcançados pelo órgão?	Art. 6º, I, da Resolução CNJ nº 215/2015.	DIGES	Biênio	Resolução TPADM nº 259/2021	
3	Gestão	3 – O registro das competências e responsabilidades do órgão?	Art. 6º, I, da Resolução CNJ nº 215/2015.	DIGES	Anual	Resolução nº 52/2021	
4	Gestão	4 – Estrutura organizacional, demonstrada de forma textual ou gráfica, que apresente claramente a relação hierárquica entre as unidades?	Art. 6º, II, da Resolução CNJ nº 215/2015.	DIGES	Anual	Lei Complementar nº 221/2010	105
5	Gestão	5 – Os atos normativos expedidos pelo órgão?	Art. 6º, V, da Resolução CNJ nº 215/2015.	DIINS	Semanal	Resolução nº 52/2021	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo - 2025	Item - 2025	Fundamento Normativo CNJ	Unidade Responsável - 2025	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
6	Gestão	6 – Os dados gerais para o acompanhamento de programas, ações e projetos?	Boas práticas	DIGES	Anual	Resolução CNJ nº 325/2020	106
7	Gestão	7 – Há campo/espço Estatística na página principal do órgão, com vistas a reunir dados abertos, painéis de bussiness Intelligence e relatórios estatísticos referente á atividade-fim do Poder Judiciário, contendo o conteúdo mínimo definido na Portaria CNJ nº 119/2021, com link de acesso ao Painel de Estatística do DataJud, e as informações relacionadas no art.7º do referido normativo?	Resolução CNJ nº 333/2020 e Portaria CNJ nº 119/2021	ASEGD	NA	NA	
8	Gestão	8 – O sítio eletrônico dispõe de mecanismo que possibilite o acompanhamento dos respectivos procedimentos e processos administrativos instaurados que não se enquadrem nas hipóteses de sigilo?	Art. 6º, IX, da Resolução CNJ nº 215/2015.	DIINS	NA	NA	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo - 2025	Item - 2025	Fundamento Normativo CNJ	Unidade Responsável - 2025	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
9	Audiências e Sessões	9 – As audiências públicas, consultas públicas ou outras formas de participação popular?	Art. 9º, II, da Lei no 9.527/2011.	DIGES	NA	Notícia	129,3
10	Audiências e Sessões	10 – O calendário das sessões colegiadas?	Art. 6º, VI, da Resolução CNJ no 215/2015.	DIJUD	Semanl	NA	
11	Audiências e Sessões	11 – A pauta de julgamentos?	Art. 7º, V, da Lei nº 12.527/2011.	DIJUD	Semanal	NA	
12	Audiências e Sessões	12 – O sítio eletrônico transmite ao vivo, pela internet, as sessões dos órgãos colegiados?	Art. 22 da Resolução CNJ nº 215/2015.	DITEC	Semanal	Resolução nº 52/2021	
13	Audiências e Sessões	13 – O órgão publica os vídeos das sessões dos colegiados?	Art. 22, § 2º, da Resolução CNJ nº 215/2015.	DITEC	Semanal	Resolução nº 52/2021	
14	Audiências e Sessões	14 – Resultados e atas das reuniões das comissões?	Art. 7º, V, da Lei nº 12.527/2011	SEAPO	Mensal	Resolução nº 52/2021	107
15	Serviço de Informações ao Cidadão – SIC	15 – Telefone das unidades e horários de atendimento?	Art. 6º, II, da Resolução CNJ nº 215/2015	DRVAC	Mensal	Portaria ° 648/2021	105



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo - 2025	Item - 2025	Fundamento Normativo CNJ	Unidade Responsável - 2025	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
16	Serviço de Informações ao Cidadão – SIC	16 – O campo denominado 'Serviço de Informações ao Cidadão' na página inicial?"	Art. 7º da Resolução CNJ nº 215/2015.	OUVID	NA	NA	105
17	Serviço de Informações ao Cidadão – SIC	17 – O sítio eletrônico tem uma dimensão denominada "Carta de Serviços ao Cidadão"?"	Art. 7º da Lei nº 13.460/2017.	OUVID	Anual	Lei nº 12.527/2011	110
18	Serviço de Informações ao Cidadão – SIC	18 – Há indicação do órgão ou unidade orgânica responsável pelo SIC?	Art. 10 da Resolução CNJ nº 215/2015.	OUVID	Anual	Lei nº 12.527/2011	
19	Serviço de Informações ao Cidadão – SIC	19 – Existe indicação precisa no site de funcionamento de um Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) a que o cidadão possa entregar pessoalmente o pedido de acesso a informações?	Art. 10 da Resolução CNJ nº 215/2015.	OUVID	Anual	Lei nº 12.527/2011	
20	Serviço de Informações ao Cidadão – SIC	20 – Existe indicação precisa no sítio eletrônico de funcionamento de um Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) no qual o cidadão possa enviar pedidos de informação de forma eletrônica (e-SIC)?	Art.10 da Resolução CNJ nº 215/2015, e boas práticas.	OUVID	Anual	Lei nº 12.527/2011	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo - 2025	Item - 2025	Fundamento Normativo CNJ	Unidade Responsável - 2025	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
21	Serviço de Informações ao Cidadão – SIC	21 – O sítio eletrônico indica a possibilidade de acompanhamento posterior do pedido de acesso à informação?	Art. 11, § 4º, da Lei nº 12.527/2011.	OUVID	Anual	Lei nº 12.527/2011	
22	Serviço de Informações ao Cidadão – SIC	22 – O tribunal informa a possibilidade de interposição de recurso contra o indeferimento de pedido de acesso à informação ou às razões da negativa do acesso, com indicação de prazo, condições para interposição e autoridade competente para sua apreciação?	Art. 10, II, da Resolução CNJ nº 215/2015.	OUVID	Anual	Lei nº 12.527/2011	
23	Serviço de Informações ao Cidadão – SIC	23 – As Respostas às Perguntas mais frequentes da sociedade (FAQ)?	Art. 6º, VIII, da Resolução CNJ nº 215/2015.	OUVID	Anual	Lei nº 12.527/2011	
24	Serviço de Informações ao Cidadão – SIC	24 – Relatório estatístico anual contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes?	Art. 41, III, da Resolução CNJ nº 215/2015.	OUVID	Anual	Lei nº 12.527/2011	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo - 2025	Item - 2025	Fundamento Normativo CNJ	Unidade Responsável - 2025	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
25	Serviço de Informações ao Cidadão – SIC	25 - Link de acesso aos principais serviços de atendimento ao usuário (PJE, Balcão Virtual, Primeiro atendimento/Juizados Especiais)	Boas Práticas	OUVID	NA	NA	
26	Ouvidoria	26 – O sítio eletrônico disponibiliza página da Ouvidoria, que permita o registro de denúncias, reclamação e outros tipos de manifestação?	Art.5º, da Resolução CNJ nº 432/2021, e boas práticas	OUVID	NA	Lei nº 12.527/2011	
27	Ouvidoria	27 - O sítio eletrônico indica a possibilidade de acompanhamento de manifestações registradas na Ouvidoria?	Art.5º, da Resolução CNJ nº 432/2021	OUVID	NA	Lei nº 12.527/2011	
28	Ouvidoria	28 – O sítio eletrônico disponibiliza avaliação do serviço prestado pela Ouvidoria?	Art.5º, da Resolução CNJ nº 432/2021	OUVID	NA	Lei nº 12.527/2011	
29	Tecnologia da Informação e Comunicação	29 – O órgão publica o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação- PDTIC, vigente?	Art. 6º, da Resolução CNJ nº 370/2021.	DITEC	Anual	NA	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo - 2025	Item - 2025	Fundamento Normativo CNJ	Unidade Responsável - 2025	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
30	Tecnologia da Informação e Comunicação	30 – O órgão publica o Plano de Contratações de Soluções de TIC , vigente?	Arts. 4º e 5º, da Resolução CNJ nº 468/2022. Resolução CNJ nº 370/2021.	DITEC	NA	NA	
31	Tecnologia da Informação e Comunicação	31 – O órgão possui Painel visual de informações relacionadas à Tecnologia da Informação e Comunicação, que permita ao usuário filtrar, consultar e até extrair dados públicos?	Art. 7º da Resolução CNJ nº 370/2021, associado às boas práticas previstas na Resolução CNJ nº 215/2015.	DITEC	NA	NA	
32	Tecnologia da Informação e Comunicação	32 – O sítio eletrônico institucional possibilita a extração de relatórios em diversos formatos eletrônicos, preferencialmente abertos, e não proprietários, tais como planilhas e texto (CSV, RTF), de modo a facilitar a análise das informações?	Art. 6º, § 4º, II, da Resolução CNJ nº 215/2015.	DITEC	NA	NA	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo - 2025	Item - 2025	Fundamento Normativo CNJ	Unidade Responsável - 2025	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
33	Tecnologia da Informação e Comunicação	33 – O sítio eletrônico institucional possibilita o acesso automatizado por sistemas externos (ex: webservices ou api's) em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina?	Art. 6º, § 4º, III, da Resolução CNJ nº 215/2015.	DITEC	NA	NA	
34	Gestão Orçamentária	34 – Mensalmente, os dados de sua gestão orçamentária e financeira na forma do Anexo I da Resolução CNJ nº 102/2009? (Não se aplica ao CSJT)	Art. 6º, VII, "a", da Resolução CNJ nº 215/2015, c/c a Resolução CNJ nº 102/2009.	DIFIC	Mensalmente	Resolução COJUS nº 52/2021.	117,118,119
35	Gestão Orçamentária	35 – Mensalmente, os dados de sua gestão orçamentária e financeira na forma do Anexo II da Resolução CNJ nº 102/2009? (Não se aplica ao CSJT)	Art. 6º, VII, "a", da Resolução CNJ nº 215/2015, c/c a Resolução CNJ nº 102/2009.	DIFIC	Mensalmente	Resolução COJUS nº 52/2021.	117,118,119, 122
36	Gestão Orçamentária	36 – A íntegra do quadro de detalhamento da despesa da Proposta Orçamentária com a distribuição dos recursos por grau de jurisdição?	Art. 4º, I, da Resolução CNJ nº 195/2014.	DIFIC	Anual	Resolução CNJ nº 195/2021	124
37	Gestão Orçamentária	37 – A íntegra do quadro de detalhamento da despesa da Lei Orçamentária com a distribuição dos recursos por grau de jurisdição?	Art. 4º, II da Resolução CNJ nº 195/2014.	DIFIC	Anual	Resolução COJUS nº 52/2021.	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo - 2025	Item - 2025	Fundamento Normativo CNJ	Unidade Responsável - 2025	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
38	Gestão Orçamentária	38 – O mapa demonstrativo da execução orçamentária do ano anterior, com indicação das despesas realizadas por grau de jurisdição?	Art. 9º da Resolução CNJ nº 195/2014.	DIFIC	Anual	Resolução COJUS nº 52/2021.	121, 123
39	Gestão Orçamentária	39 - O "Relatório de Gestão Fiscal"?	Art.55, § 2º, da Lei de Responsabilidade Fiscal. nº 101/2000.	DIFIC	Quadrimestral	Resolução COJUS nº 52/2021.	
40	Gestão Orçamentária	40 – O mapa anual dos precatórios?	§ 1º do art. 85 da Resolução nº 303, de 18 de dezembro de 2019.	SEPRE	Anual	Resolução CNJ nº 303/2019	
41	Gestão Orçamentária	41 – A relação dos contratados, com os respectivos valores pagos nos últimos três anos, exceto os sigilosos, nos termos da legislação?	Art. 128 da Lei nº 13.898/2019.	DIFIC	Anual	Resolução COJUS nº 52/2021.	
42	Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação	42 – A íntegra dos ‘Estudos Técnicos Preliminares da Contratação’, desde que não tenha sido considerada sigilosa?	Acórdão TCU nº 2622/2015 – TCU – Plenário.	DILOG	Semanal	Resolução COJUS nº 52/2021.	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo - 2025	Item - 2025	Fundamento Normativo CNJ	Unidade Responsável - 2025	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
43	Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação	43 – A íntegra do Mapa Comparativo de Preços, documento que contém a informação conclusiva sobre o 'Valor Estimado da Licitação', Dispensa de Licitação ou Inexigibilidade de Licitação, desde que não tenha sido considerado sigiloso?	Acórdão TCU nº 2622/2015 – Plenário.	DILOG	Semanal	Resolução COJUS nº 52/2021.	
44	Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação	44 – A íntegra dos editais de licitação com os respectivos anexos (o anexo do edital inclui projeto básico ou termo de referência, minuta da ata de registro de preços, quando for o caso, e minuta de contrato)?	Art. 6º, VII, "a", da Resolução CNJ nº 215/2015, c/c o Acórdão TCU no 2622/2015 – Plenário.	DILOG	Semanal	Resolução COJUS nº 52/2021.	125, 126, 127
45	Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação	45 – A íntegra dos pedidos de esclarecimento apresentados entre a publicação do Edital e a abertura da sessão pública?	Art. 6º, VII, "a", da Resolução CNJ nº 215/2015, c/c o Acórdão TCU no 2622/2015 – Plenário.	DILOG	Semanal	Resolução COJUS nº 52/2021.	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo - 2025	Item - 2025	Fundamento Normativo CNJ	Unidade Responsável - 2025	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
46	Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação	46 – A íntegra das impugnações apresentadas entre a publicação do Edital e a abertura da sessão pública?	Art. 6º, VII, “a”, da Resolução CNJ nº 215/2015, c/c o Acórdão TCU no 2622/2015 – Plenário.	DILOG	Semanal	Resolução COJUS nº 52/2021.	
47	Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação	47 – O nome do vencedor da licitação?	Art. 6º, VII, “a”, da Resolução CNJ nº 215/2015, c/c o Acórdão TCU no 2622/2015 – Plenário.	DILOG	Semanal	Resolução COJUS nº 52/2021.	
48	Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação	48 – A íntegra dos contratos firmados?	Art. 6º, VII, “a”, da Resolução CNJ nº 215/2015, c/c o Acórdão TCU no 2622/2015 – Plenário.	DILOG	Semanal	Resolução COJUS nº 52/2021.	128
49	Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação	49 – A íntegra dos instrumentos que substituem o contrato?	Art. 62 da nº Lei 8.666/1993, os art. 91 e 95 da Lei nº 14.133/2021 e Lei nº 12.527/2011	DILOG	Semanal	Resolução COJUS nº 52/2021.	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo - 2025	Item - 2025	Fundamento Normativo CNJ	Unidade Responsável - 2025	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
50	Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação	50 – A íntegra dos Termos Aditivos assinados?	Art. 6º, VII, “a”, da Resolução CNJ nº 215/2015, c/c o Acórdão TCU nº 2622/2015 – Plenário.	DILOG	Semanal	Resolução COJUS nº 52/2021.	
51	Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação	51 – A íntegra do Projeto Básico, Termo de Referência e documento similar, desde que não tenha sido considerado sigiloso?	Art. 6º, VII, “a”, da Resolução CNJ nº 215/2015, c/c o Acórdão TCU nº 2622/2015 – Plenário.	DILOG	Semanal	Resolução COJUS nº 52/2021.	
52	Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação	52 – A íntegra da autorização da dispensa ou inexigibilidade de licitação, desde que não tenha sido considerado sigilosa?	Art. 6º, VII, “a”, da Resolução CNJ nº 215/2015, c/c o Acórdão TCU nº 2622/2015 – Plenário.	DILOG	Semanal	Resolução COJUS nº 52/2021.	
53	Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação	53 – A íntegra dos instrumentos de cooperação (convênios, termos de cooperação, de compromisso, protocolo de intenções, acordos de cooperação técnica e outros instrumentos congêneres) vigentes, exceto os sigilosos, nos termos da legislação?	Art. 129 da Lei nº 13.242/2015.	DIGES	Quadrimestral	Resolução COJUS nº 52/2021.	115



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo - 2025	Item - 2025	Fundamento Normativo CNJ	Unidade Responsável - 2025	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
54	Gestão de Pessoas	54 – O Anexo III-a da Resolução CNJ nº 102/2009 (estrutura remuneratória dos cargos efetivos)?	Art. 6º, VII, “c”, da Resolução CNJ nº 215/2015.	DIPES	Anual	Resolução CNJ n.º 102/2009	
55	Gestão de Pessoas	55 – O Anexo III-b da Resolução CNJ nº 102/2009 (estrutura remuneratória dos cargos em comissão e das funções de confiança)?	Art. 6º, VII, “c”, da Resolução CNJ nº 215/2015.	DIPES	Anual	Resolução CNJ nº 102/2009	
56	Gestão de Pessoas	56 – O Anexo III-c da Resolução CNJ nº 102/2009 (estrutura remuneratória de membros da magistratura)?	Art. 6º, VII, “c”, da Resolução CNJ nº 215/2015.	DIPES	Anual	Resolução CNJ nº 102/2009	
57	Gestão de Pessoas	57 – Alínea “a” (cargos efetivos do quadro de pessoal do órgão)	Resolução CNJ nº 102/2009.	DIPES	Quadrimestral	Resolução CNJ nº 102/2009	
58	Gestão de Pessoas	58 – Alínea “b” (cargos em comissão e funções de confiança do quadro de pessoal do órgão)	Resolução CNJ nº 102/2009.	DIPES	Quadrimestral	Resolução CNJ nº 102/2009	
59	Gestão de Pessoas	59 – Alínea “c” (origem funcional dos (as) ocupantes de cargos em comissão e funções de confiança)	Resolução CNJ nº 102/2009.	DIPES	Quadrimestral	Resolução CNJ nº 102/2009	
60	Gestão de Pessoas	60 – Alínea “d” (situação funcional dos (as) servidores (as) ativos (as) do quadro de pessoal do órgão).	Resolução CNJ nº 102/2009.	DIPES	Quadrimestral	Resolução CNJ nº 102/2009	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo - 2025	Item - 2025	Fundamento Normativo CNJ	Unidade Responsável - 2025	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
61	Gestão de Pessoas	61 – Alínea “e” (cargos de magistrados (as) do quadro de pessoal do órgão)	Resolução CNJ nº 102/2009.	DIPES	Quadrimestral	Resolução CNJ nº 102/2009	
62	Gestão de Pessoas	62 – Alínea “f” (situação funcional dos (as) magistrados (as) ativos (as) do quadro de pessoal do órgão)	Resolução CNJ nº 102/2009.	DIPES	Quadrimestral	Resolução CNJ nº 102/2009	
63	Gestão de Pessoas	63 – Alínea “g” (magistrados (as) não integrantes do quadro próprio em exercício no órgão)	Resolução CNJ nº 102/2009.	DIPES	Quadrimestral	Resolução CNJ nº 102/2009	
64	Gestão de Pessoas	64 – Alínea “h” (quantitativos de beneficiários (as) e dependentes de benefícios assistenciais)	Resolução CNJ nº 102/2009 e art. 108 da Lei nº 13.242/2015.	DIPES	Quadrimestral	Resolução CNJ nº 102/2009	
65	Gestão de Pessoas	65 – O Anexo V da Resolução CNJ nº 102/2009 (divulgação da relação completa de membros da magistratura e demais agentes públicos efetivos (as) ou não)/?	Resolução CNJ nº 102/2009.	DIPES	Mensal	Resolução CNJ nº 102/2009	
66	Gestão de Pessoas	66 – O Anexo VI da Resolução CNJ nº 102/2009 (relação completa dos (as) empregados (as) de empresas contratadas, em exercício nos órgãos)?	Resolução CNJ nº 102/2009.	DILOG	Mensal	Resolução CNJ nº 102/2009	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo - 2025	Item - 2025	Fundamento Normativo CNJ	Unidade Responsável - 2025	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
67	Gestão de Pessoas	67 – O Anexo VII da Resolução CNJ nº 102/2009 (divulgação da relação completa de servidores (as) e/ou empregados (as) não integrantes do quadro próprio, em exercício no órgão mediante requisição, cessão, exercício temporário ou qualquer outra forma, excluídos (as) os (as) ocupantes de cargo em comissão e funções de confiança)?	Resolução CNJ nº 102/2009.	DIPES	Mensal	Resolução CNJ nº 102/2009	
68	Gestão de Pessoas	68 – A Tabela de Lotação de Pessoal (TLP), na qual constem todas as unidades administrativas e judiciárias, com identificação nominal dos (as) servidores (as), cargos efetivos, cargos em comissão e funções ocupadas?	Art. 6º, VII, “b”, da Resolução CNJ nº 215/2015, c/c o art. 15, parágrafo único, da Resolução CNJ nº 219/2016.	DIPES	Semestral	Resolução CNJ nº 102/2009	
69	Gestão de Pessoas	69 – A relação de membros e servidores (as) que se encontram afastados (as) para o exercício de funções em outros órgãos da Administração Pública?	Art. 6º, VII, “e”, da Resolução CNJ nº 215/2015.	DIPES	Mensal	Resolução CNJ nº 102/2009	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo - 2025	Item - 2025	Fundamento Normativo CNJ	Unidade Responsável - 2025	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
70	Gestão de Pessoas	70 – A remuneração e os proventos de membros, servidores (as), ativo (a), aposentado (a), pensionista e colaboradores (as)?	Art. 6º da Resolução CNJ nº 215/2015, c/c a Resolução CNJ nº 102/2009.	DIPES	Mensal	Resolução CNJ nº 102/2009	
71	Gestão de Pessoas	71 – Mensalmente, as diárias e passagens concedidas, por nome e cargo do (a) favorecido (a), além de data, destino, motivo da viagem e valor das diárias pagas e dos bilhetes emitidos?	Art. 3º, VI, da Resolução CNJ nº 102/2009.	DIFIC/DILOG	Mensal	Resolução COJUS nº 52/2021	116
72	Gestão de Pessoas	72 – O tribunal divulga os nomes dos (as) servidores (as), que atuam no regime de teletrabalho, com atualização mínima semestral?	Art. 5º, § 8º, da Resolução CNJ nº 227/2016.	DIPES	Mensal	Resolução CNJ nº 227/2016	
73	Gestão de Pessoas	73 – O tribunal divulga no sítio eletrônico a relação dos (as) profissionais ou órgãos cadastrados no Cadastro Eletrônico de Peritos e Órgãos Técnicos ou Científicos?	Art. 3º da Resolução CNJ nº 233/2016.	GAAUX1	Mensal	Resolução CNJ nº 233/2016	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo - 2025	Item - 2025	Fundamento Normativo CNJ	Unidade Responsável - 2025	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
74	Auditoria e Prestação de Contas	74 – Prestações de contas do ano anterior?	Art. 8º, II, primeira parte, e III, da IN TCU nº 84/2020, e legislações estaduais sobre prestação de contas.	AUDIN	Anual	Resolução TPADM/TJAC nº 255 de 2021; Resolução CNJ nº 309 de 2020; Lei nº 4.320 de 1964; Lei Complementar nº101 de 2000; Resolução TCE/AC nº 87/2013	
75	Auditoria e Prestação de Contas	75 – Publicação da decisão quanto à regularidade das contas proferidas pelo Órgão de Controle Externo?	Arts. 4º e 5º da Resolução CNJ nº 308/2020.	AUDIN	NA	Resolução TPADM/TJAC nº 255 de 2021; Resolução CNJ nº 309 de 2020; Lei nº 4.320 de 1964; Lei Complementar nº101 de 2000; Resolução TCE/AC nº 87/2013	112 (não há sistema e sim publicação de relatórios periódicos)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo - 2025	Item - 2025	Fundamento Normativo CNJ	Unidade Responsável - 2025	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
76	Auditoria e Prestação de Contas	76 - Certificado de Auditoria contendo o Parecer do Órgão de Controle Interno (órgãos federais) e demais exigências da legislação de prestação de contas (órgãos estaduais)?	Arts. 4º e 5º da Resolução CNJ nº 308/2020; art. 13, § 6º, da IN TCU nº 84/2020, e legislações estaduais.	AUDIN	Anual	Resolução TPADM/TJAC nº 255 de 2021; Resolução CNJ nº 309 de 2020; Lei nº 4.320 de 1964; Lei Complementar nº 101 de 2000; Resolução TCE/AC nº 87/2013	
77	Auditoria e Prestação de Contas	77 – Plano Anual de Auditoria (PAA)?	Acórdão TCU nº 2.622/2015 – Plenário. Boas Práticas.	AUDIN	Anual	Resolução TPADM/TJAC nº 255 de 2021; Resolução CNJ nº 309 de 2020; Lei nº 4320 de 1964; Lei Complementar nº 101 de 2000; Resolução TCE/AC nº 87 de 2013	
78	Auditoria e Prestação de Contas	78 – Plano Anual de Capacitação de Auditoria (PAC-Aud)?	Resolução CNJ nº 309/2020 - Seção IV.	AUDIN	Anual	Resolução TPADM/TJAC nº 255 de 2021; Resolução CNJ nº 309 de 2020	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo - 2025	Item - 2025	Fundamento Normativo CNJ	Unidade Responsável - 2025	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
79	Auditoria e Prestação de Contas	79 - Relatório Anual das Atividades Exercidas?	Resolução CNJ nº 309/2020, arts. 69 a 73.	AUDIN	Anual	Resolução TPADM/TJAC nº 255 de 2021; Resolução CNJ nº 309 de 2020	
80	Sustentabilidade e Acessibilidade	80 – O Plano de Logística Sustentável (PLS)?	Resolução CNJ nº 400/2021. Boas práticas.	NUSAP	Anual	Resolução TPADM nº 258/2021	
81	Sustentabilidade e Acessibilidade	81 – O plano de ação do PLS?	Boas práticas.	NUSAP	Anual	Resolução TPADM nº 258/2021	
82	Sustentabilidade e Acessibilidade	82 – O relatório anual de desempenho do PLS?	Resolução CNJ nº 400/2021. Boas práticas.	NUSAP	Anual	Resolução TPADM nº 258/2021	
83	Sustentabilidade e Acessibilidade	83 – A composição e o contato da Comissão Gestora do PLS?	Boas práticas.	NUSAP	Anual	Resolução TPADM nº 258/2021	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo - 2025	Item - 2025	Fundamento Normativo CNJ	Unidade Responsável - 2025	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
84	Sustentabilidade e Acessibilidade	84 – O órgão utiliza intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras) em manifestações públicas?	Art. 4º, I e VI, da Resolução CNJ nº 401/2021.	SEREP	NA	NA	
85	Sustentabilidade e Acessibilidade	85 – O órgão disponibiliza o planejamento das ações de acessibilidade?	Art. 7º, II, e art. 19 da Resolução CNJ nº 4001/2021 - Boas práticas.	Núcleo de Acessibilidade	Anual	NA	
86	Sustentabilidade e Acessibilidade	86 – O órgão apresenta relatório anual de ações de acessibilidade?	Art. 23, VII, da Resolução CNJ nº 4001/2021 - Boas práticas.	Núcleo de Acessibilidade	NA	NA	
87	Sustentabilidade e Acessibilidade	87 – O sítio eletrônico institucional permite o acesso ao conteúdo para pessoas com deficiência, em atendimento ao estabelecido pela Resolução CNJ nº 215/2015 (Art. 6º, § 4º, VIII) e em aderência ao Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG)?	Art.6º, § 4º, VIII, da Resolução CNJ nº 215/2015; art. 8º, § 3º, VIII, da Lei nº 12.527/2011; art.17 da Lei nº 10.098/2000; art. 9º da Convenção sobre os Direitos as Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186/2008; art. 2º, § 2º, da Resolução CNJ nº 401/2021; Boas Práticas previstas	Núcleo de Acessibilidade	NA	NA	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo - 2025	Item - 2025	Fundamento Normativo CNJ	Unidade Responsável - 2025	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
			Resolução CNJ nº 370/2021.				



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Publique-se.

Rio Branco-AC, 7 de março de 2025.

Desembargador **Laudivon Nogueira**
Presidente

Publicado no DJE n. 7.734, de 10.3.2025, p. 41-44.